

Policiais militares ameaçam governo com operação-padrão

Rafania Almeida

Policiais militares e bombeiros do Distrito Federal poderão fazer operação-padrão a partir de hoje. A ameaça surgiu como forma de pressionar o governo a apresentar propostas favoráveis para reajuste salarial para a categoria. A decisão seria tomada em assembléia, ontem às 19h, na Praça do Relógio em Taguatinga.

As propostas, que deveriam ser entregues na segunda-feira, serão apresentadas hoje para avaliação. Até o fechamento desta edição, a categoria não havia tomado nenhuma decisão, pois o governador José Roberto Arruda estava reunido com os secretários de Segurança Pública, Fazenda, Planejamento e Governo, para definir propostas que evitassem a operação-padrão. A paralisação não é consenso mesmo entre os policiais e bombeiros.

A categoria exige isonomia salarial com a Polícia Civil, cujos salários são duas vezes maiores, além de reajuste de 14%, o equivalente a correção do Fundo Constitucional, criação de política habitacional e Plano de Cargos e Salários. A Polícia Civil, por sua vez, exige a equiparação de salários com policiais federais, que conseguiram com o governo federal, aumento de 30%, dividido em três parcelas. A primeira, de 9% sairá em setembro.

De acordo com o coronel Jair Tedesco, vice-presidente da Aspol, não há como a categoria exigir reajuste de 14% se os policiais civis receberem os mesmos 9% que os federais.

— Temos de receber o que foi acertado com o governador Arruda. Nós pedimos reajuste igual ao das duas outras categorias da segurança. Se eles ganharem 5%, nós também deveremos receber isso, e não 14% como os policiais militares vêm reclamando — disse Tedesco.

O coronel afirmou que não participaria da assembléia por ser con-

tra as exigências dos colegas.

Já o deputado distrital Cabo Patrício (PT), presidente da Aspol, disse que a categoria não exige os 14%, mas apenas isonomia. Ele lembrou que não é a associação quem decide, mas a assembléia.

—Demos um prazo de 30 dias para o governo apresentar as propostas. O prazo expirou e eles não fizeram nada. Se a categoria decidir pela operação-padrão, a população sairá prejudicada. A culpa será do governo, que não cumpriu seus compromissos — disse o distrital.

Segundo o deputado, as exigências que a categoria faz são promessas de campanhas do governador. Ele afirmou que Arruda também se comprometeu a dar auxílio transporte e seguro de vida.

—Estamos no sexto mês de governo e até agora nada aconteceu. Depois da aprovação das propostas,

Isonomia com os policiais civis é a principal exigência apresentada ao governo do DF

que não sabemos quando ocorrerá, o governador enviará o projeto para o governo federal. Levam dois meses para negociar e chegar a um resultado — disse Cabo Patrício. — Só teremos um reajuste em outubro com recursos do Fundo Constitucional do ano que vem.

Cabo Patrício criticou as medidas de segurança adotadas pelo governo e considerou os trabalhos promovidos até agora como ações sem planejamento.

— O governo passado devolveu R\$ 4 milhões ao Fundo por falta de uso. O atual deve tomar medidas mais eficazes no combate no que se refere à segurança para não ocorrer o mesmo — avaliou.